

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.375.831 - SP
(2018/0254726-6)**

RELATOR : **MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE : **UNIÃO**
ADVOGADO : **ANTÔNIO LEVI MENDES - SP000019**
AGRAVADO : **HENRIQUE LAGE - ESPÓLIO**
REPR. POR : **AMÉRICO LUZ - INVENTARIANTE**
ADVOGADOS : **IVAN LUIS NUNES FERREIRA - RJ046608**
: **LUCIANO VIANNA ARAÚJO E OUTRO(S) - RJ080725**
INTERES. : **COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**
: **CODESP**
ADVOGADO : **RODRIGO OCTÁVIO FRANCO MORGERO - SP183631**
INTERES. : **GABRIELLA BESANZONI LAGE LILLO - ESPÓLIO**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DA MÁCULA APONTADA. MATÉRIA EFETIVAMENTE DEBATIDA PELA INSTÂNCIA *A QUO*. INAPLICABILIDADE DOS ENUNCIADOS N. 179 e 271 DA SÚMULA DO STJ. DEFICIÊNCIA RECURSAL. INCIDÊNCIA DOS ENUNCIADOS N. 283 E 284 DA SÚMULA DO STF.

I - Na origem, trata-se de agravo de instrumento contra decisão que remeteu o feito às vias ordinárias para discussão da questão sobre a restituição, pela Caixa Econômica Federal – CEF, do depósito efetivado nos autos, não localizado pela respectiva instituição financeira. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região negou provimento ao recurso.

II - Sobre a alegada violação do art. 1.022 do CPC/2015, por suposta omissão pelo Tribunal de origem da análise da questão diante do apontado dispositivo do Código Civil, tenho que não assiste razão à recorrente.

III - Verifica-se a inexistência da mácula apontada, tendo em vista que, da análise do referido questionamento em confronto com o acórdão hostilizado, não se cogita da ocorrência de omissão, mas mera tentativa de reiterar fundamento jurídico já exposto pela recorrente e devidamente afastado pelo julgador, ainda que não citado de forma expressa o art. 629 do Código Civil. A matéria foi efetivamente debatida pela instância *a quo*.

IV - A oposição de embargos de declaração, com fundamento na omissão acima, demonstra, tão somente, o objetivo de rediscutir a matéria sob a ótica do recorrente, sem que tal desiderato objetive o suprimento de quaisquer das baldas descritas no dispositivo legal mencionado, mas sim, unicamente, a renovação da análise da controvérsia. No mesmo diapasão,

destacam-se: AgInt no AREsp n. 960.685/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 15/12/2016, DJe 19/12/2016; AgInt no REsp n. 1.498.690/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 14/3/2017, DJe 20/3/2017.

V - A respeito da controvérsia estabelecida nos autos, o acórdão recorrido afastou as Súmulas n. 179 e 271 do STJ e consignou: "Ambas, portanto, tratam da questão relativa à correção monetária dos depósitos judiciais, não tendo, portanto, aplicação na hipótese dos autos que trata da restituição de valores que não teriam sido encontrados. Conforme consignado na decisão recorrida, não se pode confundir a ação de reparação decorrente da quebra do contrato de depósito (a qual deve obedecer ao devido processo legal e depende de instrução probatória) com o simples dever de corrigir monetariamente os depósitos judiciais. Com efeito, não há como a questão ,da restituição dos valores ser decidida no bojo da ação de desapropriação, devendo a parte valer-se das vias próprias."

VI - Ocorre que o reexame do acórdão recorrido, em confronto com as razões do recurso especial, revela que tal fundamento, utilizado de forma suficiente para manter a decisão proferida no Tribunal *a quo*, não foi rebatido no apelo nobre, o que atrai os óbices das Súmulas n. 283 e 284, ambas do STF

VII - Importante ainda consignar que outro fundamento importante utilizado pela instância ordinária foi o de que a instituição financeira em questão sequer teria integrado a relação processual.

VIII - Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator